



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**ATA N.º 173 (XII/4.ª)**

Aos dezassete dias do mês de março de 2015, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte a **Ordem do Dia** (OD):

**(1ª parte)**

Audição do Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, **Álamo de Menezes**, no âmbito do requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, de 15 de janeiro de 2015, sobre a Base das Lajes.

**(2ª parte)**

1. Informações.
2. Apreciação do procedimento a adotar no âmbito do Projeto de Resolução nº **1284/XII/4ª** - “Recomenda ao Governo ação concertada entre autarquias, Governo Regional dos Açores e Parlamento nas negociações com o Governo dos EUA a propósito da Base das Lajes”.
3. Distribuição de Iniciativas:

Proposta de Resolução nº **108/XII/4ª** – “Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados- Membros, por um lado, e a Geórgia, por outro, assinado em Bruxelas em 27 de junho de 2014” **(PS)**

Proposta de Resolução nº **109/XII/4ª** – “Aprova o Protocolo de Revisão do Acordo Quadro de Cooperação entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, assinado em Macau, em 17 de maio de 2014” **(PS)**

Proposta de Resolução nº **110/XII/4ª** – “Aprova o Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito dos Produtos do Tabaco, que foi adotado em Seul, a 12 novembro de 2012” **(PSD)**



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

### 4. Apreciação de Pareceres:

Proposta de Resolução nº **105/XII/4ª** - “Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Ucrânia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014”

Deputado Relator, Ricardo Batista Leite (PSD);

Proposta de Resolução nº **107/XII/4ª** - “Aprova o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Moldávia, por outro, assinado em Bruxelas, em 27 de junho de 2014”

Deputado Relator, Ricardo Batista Leite (PSD).

### 5. Aprovação das Atas:

Nº 163, de 14 janeiro de 2015;

Nº 164, de 20 janeiro de 2015;

Nº 169, de 17 fevereiro de 2015;

Nº 171, de 5 março de 2015

### 6. Outros Assuntos.

---

## 1.ª Parte

Aberta a reunião, o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Deputado Filipe Lobo d’Ávila, deu as boas-vindas ao Senhor Presidente da edilidade de Angra do Heroísmo, tendo seguidamente exposto a metodologia a adotar na Audição, em tempo requerida pelo Grupo Parlamentar do PS.



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Concedida a palavra PS, enquanto Grupo Parlamentar requerente, o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** saudou a presença do Edil, tendo efetuado uma resenha das audições entretanto realizadas sobre este tema.

Passada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Enes (PS)** questionou o Edil sobre:

- Se, consideradas as declarações públicas da Secretária de Estado da Defesa Nacional, relativamente às áreas em que as autoridades americanas manteriam interesse em preservar, conhecia alguma novidade acerca desta questão;
- Se, na qualidade de ex-Secretário Regional do Ambiente do Governo Regional, tomou alguma iniciativa sobre esta matéria;
- Que razões levaram à dissolução, em 1997, da comissão técnica que acompanhava o processo de desmantelamento dos depósitos de combustível;
- Se a contaminação dos solos também atinge angra do Heroísmo, designadamente a zona do Cabrito.

Em resposta, começou o Senhor **Presidente da Câmara** por enquadrar material e temporalmente o problema, recordando que desde 1943 que a estrutura de depósitos de combustíveis funciona ininterruptamente, com destaque para o oleoduto que liga o terminal petrolífero do porto da Praia à Base, onde se situa o cerne do problema da infiltração de combustíveis no solo, tendo sido pedido relatório técnico ao LNEC, o qual identificou duas zonas críticas, referiu, à entrada da Base e, mais grave, na zona do Paul. Contudo, dado que a orografia desta zona conhece um declive acentuado na direção da costa, o problema parece ser menos grave do que o inicialmente pensado. Quanto à comissão, foi extinta quando terminou o seu trabalho, que consistiu em desmantelar dois grupos de reservatórios antigos (1960), no caso, os do Cabrito, Fontinha e Pico Celeiro. Contudo, não foi removido o oleoduto subterrâneo que unia os diferentes tanques, nem as bases de betão respetivas, tendo os EUA manifestado a intenção de proceder à sua remoção, o que até à data não



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

ocorreu, ao que lhe pareceu, por intervenção do Ministério da Defesa Nacional. Salientou, ainda, que a sua Câmara promove regularmente exames à qualidade da água que até hoje não relevou qualquer traço de contaminação, nem mesmo junto aos depósitos de munições existentes na ilha.

Interveio o Senhor **Deputado Joaquim Ponte (PSD)** que após ter saudado o Edil, salientou a necessidade desta questão não ser politizada, tendo considerado que a informação trazida à Comissão é tranquilizadora. Concluiu, questionando sobre que medidas pondera a Câmara adotar para minimizar o impacto socio-económico negativo junto das populações de Angra.

Respondeu o **Edil**, referido que a forma como a questão da contaminação das águas foi discutida não ajudou a gestão deste dossiê, dado o alarme gerado nas populações, sublinhando inexistirem indícios de contaminação. Quanto aos efeitos do anunciado abandono, classificou-os como indiretos, dado que a Base não emprega diretamente ninguém, havendo, outrossim, empresas que prestam serviços à Base e que sustenta os habitantes locais. Quanto a iniciativas, realçou três: a criação do parque tecnológico da Terceira; a criação de uma incubadora de empresas em colaboração com a edilidade da Praia da Vitória; e ainda, programas ocupacionais para a população da ilha e de afetação de fundos para pequenos projetos e obras.

Interveio o Senhor **Deputado Lino Ramos (CDS/PP)** que começou por salientar a postura equilibrada, franca e construtiva do Presidente da Câmara, preferindo os interesses nacionais à utilização desta matéria como arma de arremesso político. Perguntou, concretamente, em que áreas é possível intervir no sentido de minorar o impacto negativo desta situação para a economia e ambiente locais.



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Em resposta, o **Edil** identificou como eixos fundamentais de investimento, a intervenção do Governo Regional e autárquico, a ação do Governo americano e, finalmente, a do Governo da República. É necessário intensificar a remoção do combustível armazenado na ilha, processo que é moroso, caro, metódico e continuado, pois implica injetar água de um dos lados, retirá-la e purificá-la. Outra área de investimento seria a de incrementar o nível das qualificações das pessoas que trabalhavam na base (dos 2.500 trabalhadores, apenas 500 possuíam qualificações de natureza técnica).

Interveio a Senhora **Deputada Mariana Aiveca (BE)** para saudar a presença do Edil, bem como os contributos que trouxe à Comissão em matéria ambiental, sublinhando que a descontaminação vai demorar muitos anos a concluir. Atendendo à situação gerada e entendendo caber ao Governo central o papel essencial na garantia de indemnizações justas e na criação de novos empregos, perguntou como vê o Edil se vê disponibilidade do Governo da República para intervir na economia da Terceira, nos moldes preconizados pelo BE.

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, distinguindo três grupos de situações: primeiro, o dos trabalhadores diretos da Base, que irão usufruir de mecanismos generosos de pensão e aposentação. Em segundo lugar, os trabalhadores “indiretos” contratados por empresas em *outsourcing* para operar na Base, os quais, defendeu, deveriam usufruir das mesmas regalias dos primeiros, devendo o Estado suportar o diferencial respetivo. Finalmente, um terceiro grupo composto pelos empregados das famílias americanas. Relembrou que o Governo Regional, em colaboração com as autarquias, pôs já em marcha um plano de revitalização, ainda que boa parte do mesmo devesse ser suportado pelo Governo da República.

Iniciada a **Segunda Ronda** de intervenções, usaram da palavra para colocar questões os seguintes Senhores Deputados:

- **Jorge Pereira (PS)**, que perguntou quem suportou o estudo do LNEC e ainda, quando começou a edilidade a trabalhar em concreto na mitigação destes efeitos negativos;



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- 
- **Joaquim Ponte (PSD)**, que perguntou qual seria a melhor posição que, nesta matéria, poderia esta Assembleia vir a tomar, e se entenderia preferível uma posição consensual sobre a mesma;
  - **Carlos Enes (PS)**, que perguntou se, à imagem da Praia da Vitória, existem também em Angra lugares por preencher na Administração Pública que poderiam ser usados para minorar os efeitos negativos em presença;
  - **Lino Ramos (CDS/PP)**, que perguntou a opinião do Edil acerca da criação do Centro de Emergência Médica, em consonância com o SAR (*Search & Rescue*) assegurado pela Força Aérea.

Respondendo em bloco, referiu o **Edil** que:

- O Estudo do LNEC foi-lhe encomendado pelo Governo Regional, em coordenação com a Câmara da Praia da Vitória, por ser a autarquia mais atingida, sendo que também o conheciam, tanto os EUA, como o Governo da República; sugeriu, em tempo, que daquele fosse igualmente dado conhecimento ao Parlamento;
- A situação vivida nos Açores, pela conjugação do abandono americano com a redução das quotas leiteiras, configura uma “tempestade perfeita”;
- As soluções para este problema devem ser convenientemente consensualizadas, sem prejuízo da existência de espaço natural para a confrontação política;
- Existem lugares por preencher na Administração Local Autárquica, designadamente nas forças de segurança e serviços prisionais; as pessoas que vêm do continente ficam por pouco tempo, pelo que se deveria ponderar na institucionalização, a título provisório e excecional, de uma preferência no ingresso, solução à qual o Tribunal Constitucional já teria dado acolhimento;
- Relembrou que a FLAD foi criada com dinheiro oriundo das Lajes e que pouco ou nenhum dele foi investido na Terceira ou em qualquer outra ilha dos Açores;



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

- A Terceira, na cidade da Praia, possui infraestruturas militares autónomas que não interfere com o tráfego civil, contrariamente ao caso de Ponta Delgada.

Finda a audição, o Senhor Presidente da Comissão agradeceu a presença do Senhor Presidente da Câmara, bem como o trabalho desenvolvidos pelos Senhores Deputados, tendo efetuado um intervalo de dez minutos, a fim de retomar a reunião com a segunda parte da OD.

---

### 2.ª Parte

Reiniciados os trabalhos, já sob a condução do Senhor **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por anunciar, a propósito do **Ponto 1.**, ter sido remetido em 13 de março passado, notificação ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, para que a Senhora Presidente do Instituto Camões comparecesse perante a Comissão, nos termos requeridos pelo Grupo Parlamentar do PSD. Depois, referiu ter sido solicitada reunião à CNECP, por parte de uma delegação da Geórgia, sobre o Plano de Ação para Liberalização dos Vistos, a qual poderia decorrer conjuntamente com a Comissão de Assuntos Europeus, sugerindo-se a data de 7 de abril, pelas 14.30h.

Interveio a Senhora **Deputada Maria de Belém (PS)**, lembrando que na data indicada se assinala o Dia Mundial da Saúde, sendo previsível a ocorrência de iniciativas alusivas à efeméride.

Interveio o Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** para solicitar que o PS acelere a apresentação do Parecer referente ao Tribunal de Patentes, lembrando ter já



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

sido disponibilizado o estudo elaborado sobre a matéria pela consultora Deloitte, a pedido da Confederação da Indústria Portuguesa.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para esclarecer que o Parecer em causa está com a Senhora Deputada Gabriela Canavilhas, podendo ser apresentado com a melhor urgência possível.

Interveio, ainda, o Senhor **Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP)** para agradecer a celeridade, solicitando que a respetiva apresentação possa ter lugar já na próxima reunião.

Relativamente às iniciativas descritas no **Ponto 2.** da OD, pediu a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)** para anunciar que o Projeto em apreço reúne condições para poder ser discutido em Plenário.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para relembrar existirem outras duas iniciativas sobre esta matéria, do PS e do BE, existindo diferenças substanciais entre todas elas.

Interveio ao Senhora **Deputada Mariana Aíveca (BE)** para relembrar o título correto do Projeto do BE, e referir estarem todas as iniciativas agendadas para discussão e votação em Plenário.

A finalizar, interveio o Senhor **Presidente** para relembrar que o Projeto de Resolução n.º 1284 foi o único a ser apresentado na CNECP, dado ser igualmente o único a ter sido distribuído com conexão a esta Comissão.

Entrados no **Ponto 3.** Procedeu-se à distribuição das iniciativas ali descritas, conforme segue:

- PPR n.º 108/XII/4.ª, atribuída ao PSD, que designará mais tarde o responsável pela elaboração do respetivo Parecer;





Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- 
- PPR n.º 109/XII/4.ª, atribuída ao PS, nomeadamente à Senhora Deputada Maria de Belém;
  - PPR n.º 110/XII/4.ª, atribuída ao PS que designará oportunamente o autor do respetivo Parecer.

Relativamente ao **Ponto 4.** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Baptista Leite (PSD)**, que procedeu à apresentação, em simultâneo, das iniciativas em apreço, atenta a unidade temática entre ambas. Começou, assim, por situar objetiva e teleologicamente o âmbito dos Acordos em presença, lembrando refletirem o facto de a União ter apreendido alguns erros próprios recentes, supervenientes ao Tratado de Lisboa. Considerou que se os presentes Acordos tivessem sido negociados e aprovados há mais tempo, possivelmente, ter-se-iam evitado situações graves, cujos efeitos ainda perduram. Concluiu, referindo que ambos os Acordos reúnem condições para poderem ser discutidos e votados em sessão plenária.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para saudar, em nome do seu Grupo Parlamentar, o trabalho apresentado. Sinalizou, de seguida, estarmos perante Acordos de enorme relevância, por resultarem dos trabalhos da primeira Cimeira Europeia do Oriente, lamentando, porém, a falha de visão da União, a qual poderia ter evitado o flagelo da guerra a leste da Europa. E lembrou, ainda que, talvez por integrarem um processo mais amplo da construção europeia, a Rússia tem estado a tentar impedir a assinatura destes Acordos de associação.

Interveio o Senhor **Presidente** para assinalar estarmos, possivelmente, perante os Pareceres mais importantes de toda a sessão legislativa, saudando o facto de Portugal se ter



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

associado, desta forma, à pacificação e desenvolvimento dos países da Europa oriental, na esteira do esforço de estabilização e de prevenção da ocorrência de futuros episódios bélicos na região, encetado pela União.

Colocados à votação, foram ambos os Pareceres aprovados por unanimidade dos Deputados presentes.

Finalmente, e relativamente ao **Ponto 5.** da OD, procedeu-se à leitura e votação das Atas números 163, 164, 169 e 171, tendo todas elas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

---

Nada mais havendo a registar, o Senhor Presidente agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezassete horas e quinze minutos.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em:

[http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP\\_20150317\\_1.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP_20150317_1.mp3)

[http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP\\_20150317\\_2.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP_20150317_2.mp3)

Palácio de S. Bento, 17 de março de 2015

**O Presidente da Comissão,**

**(Sérgio Sousa Pinto)**



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins

Carlos Alberto Gonçalves

Celeste Correia

Feliciano Barreiras Duarte

Filipe Lobo D' Ávila

Maria de Belém Roseira

Maria Ester Vargas

Maria Gabriela Canavilhas

Maria João Ávila

Maria José Moreno

Maria Manuela Tender

Mário Magalhães

Nuno Magalhães

Paulo Pisco

Ricardo Baptista Leite

Sérgio Sousa Pinto

António Rodrigues

Carlos Enes

Joaquim Ponte

Jorge Rodrigues Pereira



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Mariana Aiveca

Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira

Glória Araújo

Helena Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz

Carlos Páscoa Gonçalves

---

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 28/07/2015.